



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL

**ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2011**

Aos dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, reuniu extraordinariamente no Edifício dos Paços do Concelho, a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, sob a presidência do Dr. António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal e com a presença dos Vereadores Dr. José Alberto da Silva Alexandre e Sousa, Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Eng.<sup>a</sup> Susana Ramos Almeida Matos, Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Dr.<sup>a</sup> Olga Maria Coutinho Oliveira Madanelo e Prof. Rogério Fernandes Duarte.

**ABERTURA**

Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a presente reunião, quando eram 14h50m, passando a Câmara Municipal a ocupar-se dos seguintes assuntos:

**1 – DIVISÃO ADMINISTRATIVA****DELIBERAÇÃO N.º 527/11 - 1.1 - PROPOSTA DE MONTANTE MÁXIMO COM O RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES NECESSÁRIOS À OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS, E NÃO OCUPADOS, NO MAPA DE PESSOAL, PARA O ANO DE 2012. -----**

Nos termos das disposições conjugadas do n.º1 do artigo 7.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02 e do artigo 5.º dos n.ºs 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 03/09 e, sob proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 25/11/2011, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar o montante máximo dos encargos com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal, para o ano de 2012, no valor de 304.116,43€ (Trezentos e quatro mil, cento e dezasseis euros e quarenta e três cêntimos). Após os esclarecimentos prestados acerca da pertinência da proposta apresentada, os Vereadores do Partido Socialista votaram contra apresentando a declaração de voto que a seguir se transcreve: “Relativamente ao mapa de pessoal e não obstante a considerável redução (de 6 para 2 funcionários) no Gabinete de apoio pessoal, continuamos sem perceber a necessidade de contratação por tempo indeterminado de: um licenciado em comunicação social para apoio a este gabinete; um auxiliar administrativo na Secção de Expediente Geral, quando já existem 4; um assistente técnico, na secção de obras e serviços urbanísticos, quando já existem 6; na Divisão de Cultura, Desporto e Ação Social, dez novos contratos (cinco técnicos superiores, dois assistentes técnicos, dois assistentes operacionais e um motorista de transportes colectivos), quando, por um lado esta divisão já possui um quadro alargado de pessoal por tempo indeterminado (70 funcionários) e, por outro, existem áreas de formação para as quais não se anteveem os respetivos conteúdos funcionais, ou seja, o que faz um licenciado em Educação Social, ou em Ensino Básico, ou, ainda, o que fazem três licenciados em Sociologia” Em resposta, o Sr. Presidente declarou que “todos os contratos a termo que atingem o seu limite, e como se pode verificar neste mapa já são poucos os lugares, ficam previstos com dotação para que a Câmara Municipal, em



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL

reunião, possa decidir pela substituição através de contrato indeterminado; não se trata de uma antecipação à decisão que só caberá à Câmara Municipal na devida altura.”. Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

**22 – DIVISÃO FINANCEIRA****DELIBERAÇÃO N.º 528/11 - 22.1 - CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA 2012, NO VALOR DE 900.000€.** -----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e duas abstenções do Partido Socialista, sob proposta do Vereador da Divisão Financeira, Dr. José Alberto Sousa, datada de 28/11/2011, contrair um empréstimo a curto prazo para o exercício de 2012, com o objectivo de acorrer a dificuldades de tesouraria, ao abrigo do disposto no artigo 38.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, no valor de 900.000 euros, cumprindo-se, assim, o limite fixado no n.º1 do artigo 39.º da referida Lei, remetendo a presente deliberação à necessária aprovação da Assembleia Municipal. Os Vereadores do Partido Socialista abstiveram-se, apresentando a declaração de voto que a seguir se transcreve: “Já vem sendo prática habitual esta contratação de empréstimo de curto prazo, no final de cada ano. A mesma é sinal de falta de rigor na elaboração e na execução orçamental, traduzidas em fragilidades constantes de tesouraria. Mais uma vez, alertamos que este tipo de situações deva e tem de ser invertido, através, sobretudo da redução das despesas correntes e mais rigor nas opções de investimento. Contudo, não podemos deixar de ser sensíveis aos custos sociais que a não aprovação deste empréstimo acarretaria, nomeadamente, por o mesmo poder colocar em causa o pagamento atempado de remunerações e de facturas de pequenos fornecedores, cuja situação financeira é também, já de si, difícil. Pelo exposto, os Vereadores do PS abstêm-se.”. Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

**DELIBERAÇÃO N.º 529/11 - 22.2 - LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE 2012.** -----

Analisada a informação n.º 34/2011, do Chefe da Divisão Financeira, datada de 21/11/2011, que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e dois votos contra do Partido Socialista, propor à Assembleia Municipal o lançamento de derrama para o ano de 2012 no valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos que exerçam, a título principal, uma actividade comercial, industrial ou agrícola. À semelhança do ano anterior, os Vereadores do Partido Socialista votaram contra apresentando a declaração de voto que a seguir se transcreve: “Considerando que: 1) A derrama incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC); 2) Em S. Pedro do Sul apenas existem PME (de acordo com a classificação da Recomendação da Comissão n.º 96/280/CE); 3) A importância das PME é inegável (basta referir que constituem 99,5% do tecido empresarial nacional e são geradoras de cerca de 75% do emprego e de cerca de 60% do volume de negócios do país); 4) Fruto da falta de visão política dos últimos anos em S. Pedro do Sul, não existe nenhum parque industrial digno desse nome (ao contrário do que existe em



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL

Vouzela e em Oliveira de Frades). Neste sentido, entendemos que o apoio às PME no concelho tem de ser dado de forma inequívoca, sendo que uma forma de o fazer é não aplicar, como a CM de SPS vem fazendo, a taxa máxima prevista, conseguindo assim aumentar a capacidade de atracção deste tipo de empresas. Note-se que, fruto do seu afastamento dos principais eixos rodoviários, o esforço de SPS tem de ser superior aos dos outros concelhos, designadamente de Vouzela e Oliveira de Frades, sendo este um primeiro e importante passo para que tal ocorra. Por conseguinte, votamos contra a aplicação da taxa única de 1,5%, propondo a isenção da mesma para as Empresas com um volume de negócios abaixo dos 250 mil euros e de 0,75 % para as restantes. Todos estes argumentos tornam-se, ainda mais pertinentes em face da conjuntura económica atual e, em face, de não existir qualquer medida por parte da autarquia, quer no orçamento, quer no Plano para 2012 de estímulo e apoio às PMEs do concelho”. Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

**DELIBERAÇÃO N.º 530/11 - 22.3 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS - GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012. -----**

Analisado o documento supra referido, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar o mesmo, com vista à sua apresentação à Assembleia Municipal, o qual depois de ser assinado por todos os membros do Executivo, ficando a constituir o anexo I da presente acta. Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra, apresentando a declaração de voto que a seguir se transcreve bem como, as respostas do Sr. Presidente e Vereadores questionados: “Começamos por relevar o trabalho desenvolvido pelo executivo da Câmara Municipal no aproveitamento dos fundos comunitários, no âmbito do QREN traduzidos, nas opções de investimento para 2012, nas obras do novo centro escolar de S. Pedro do Sul e nas obras de requalificação do centro histórico da cidade. Serão certamente obras necessárias que irão contribuir para melhorar a qualidade de vida dos sampedrenses. Ainda neste âmbito, gostaríamos de ser esclarecidos acerca do seguinte: relativamente ao centro escolar, sendo o terreno propriedade da autarquia, quando se iniciam as obras e qual o valor percentual da comparticipação, quer para a aquisição do terreno quer para as obras? No que diz respeito à requalificação do centro histórico da cidade, qual o valor percentual da comparticipação, para quando o início das obras, qual a zona referente à primeira fase de intervenção, já foram inquiridos/consultados os moradores e comerciantes acerca do projeto na sua globalidade, ou concretamente, os comerciantes da rua Direita acerca do corte do trânsito, tal como foi aprovado em reunião de Câmara Municipal e qual o resultado dessa inquirição. Olhando para outras áreas deste Plano, já não podemos mostrar a mesma concordância, pois verificamos, continuamente, a existência de rubricas referentes a obras efetuadas há muito e que carecem ainda de pagamento por não terem sido devidamente enquadradas em orçamentos de anos anteriores, pois os mesmos eram naturalmente irrealizáveis, não comportando esses investimentos.” O Sr. Presidente interveio para esclarecer que as obras foram devidamente cabimentadas, há pagamentos residuais em dívida da aquisição dos terrenos, mas estão dentro dos prazos dos contratos efectuados com os proprietários; as actividades que têm dívida devem constar dos documentos previsionais; o início da obra do Centro Escolar está previsto para o final do primeiro trimestre de 2012, com um valor percentual de comparticipação de 70%, quer para a obra quer para o terreno; para a obra de Requalificação Urbana do Centro Histórico da Cidade



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL

o processo será idêntico, podendo o valor da comparticipação vir a ser aumentado; em relação aos comerciantes, estes foram ouvidos aquando da apresentação do projecto, no Salão Nobre da Câmara; quanto ao trânsito da Rua Direita os comerciantes ainda não foram questionados, o mesmo será condicionado, mas a Câmara terá que analisar a melhor forma. “Vemos, ainda, com algum desânimo um emagrecimento diminuto nos consumos regulares dos serviços. Mas reprovamos este plano sobretudo, por, ser desfasado da realidade e da grave conjuntura económica em que vivemos, onde as opções pelo estímulo à economia local e à ação social se tornam indispensáveis e essenciais nas funções do poder autárquico. A título de exemplo e de uma forma pragmática, não podemos pactuar com um investimento tão avultado no desporto e cultura, pese embora a redução relativamente ao plano para 2011. Como é possível prever-se gastar quase 500 mil euros em desporto e cultura e apenas 77 mil euros em acção social? Numa altura de crise extrema como a que vivemos, não deveria ser a ação social a área a privilegiar?” Em relação à Acção Social, o Vereador Prof. Rogério Duarte, informou que todos os pedidos recepcionados são avaliados. “Qual a pertinência e a urgência de um investimento de mais de 100 mil euros na iluminação do estádio da pedreira? Qual a necessidade de realizar umas festas da cidade com gastos tão avultados? Saliente-se que dos 151641 euros, cerca de 96 000 euros são de projetos que ficaram por pagar, ou seja, desde 2009 que se preveem atividades, cujas dotações não correspondem à realidade, saltando de plano em plano, de orçamento em orçamento. Chamamos, ainda a atenção para o facto de, dos 55000 euros previstos para a Cultura 2012, 50000 serem destinados às Festas da Cidade 2012. E será fomento ao desporto atribuir subsídios a clubes, para estes pagarem remunerações a jogadores, que nem do concelho são? Não deveria haver aqui a coragem de efetuar um corte substancial, canalizando essas verbas para outras áreas mais deficitárias? Como é possível, volvidos quase três anos, ainda termos no plano as famosas obras das variantes? Será a prova de que as obras foram feitas de forma precipitada, para um período eleitoral, com consequência no plano e orçamento de vários anos seguintes. Os valores referentes aos terrenos (na ordem dos 250 mil euros) dizem respeito a indemnizações e aquisições dos mesmos? Qual o valor total, dos terrenos das duas variantes? Aproveitamos para solicitar esta informação por escrito.” Quanto aos apoios ao Desporto, inclusive a iluminação do Estádio da Pedreira, o Sr. Presidente referiu que, considerando que a época desportiva já está a decorrer, a situação deverá ser revista em meados de 2012; em relação à aquisição dos terrenos para as variantes, existe um plano de pagamentos até 2012, acordado entre as partes, daí constar a verba respectiva nos documentos previsionais para o próximo ano. “Aquando da discussão e aprovação das grandes opções do plano do ano 2011, questionámos o Sr. Presidente sobre a que projeto se referiam as “Escolas colaborativas Dão-Lafões”, ao que nos foi respondido que se tratava da colocação de equipamento didático interativo nas escolas do 1.º ciclo. Sabendo que, no Agrupamento de escolas de S. Pedro do Sul não foi colocado nenhum quadro interativo, pergunta-se quais as escolas que beneficiaram deste projeto no ano de 2011, onde foram gastos os 56 667 euros e onde vão ser gastos os 26 600 euros previstos para 2012? Ainda no âmbito deste projeto, estava prevista formação no valor de 2 707 euros. Importa saber: quem beneficiou desta formação e qual ou quais as entidades formadoras?” O Vereador da Cultura esclareceu que, a candidatura foi dividida em duas partes; uma para o Agrupamento de Santa Cruz da Trapa outra para o Agrupamento de S. Pedro do Sul. Foi equipado o Centro Pedagógico de Carvalhais com 6 quadros interactivos, a escola de



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL

Manhouce também foi equipada porque, de acordo com a Carta Educativa, essa escola se irá manter e, foram equipadas as 4 salas na Escola Básica Integrada de Santa Cruz da Trapa; as restantes serão para o Agrupamento de S. Pedro do Sul. “Relativamente a outras rubricas, surgem novas questões: Que investimento é este previsto para a avenida de Várzea? Não será mais um projecto megalómano que irá transitar de plano em plano, de orçamento em orçamento? Estará, igualmente, nestas circunstâncias o projecto da eco-pista? Há alguma candidatura efetuada para estas obras à espera de aprovação e do respectivo co-financiamento ou aparece no plano só para ornamentar?” O Sr. Presidente informou que existe um projecto para a Av. de Várzea, estando a sua candidatura a aguardar aprovação sendo, esta obra, a requalificação da ligação entre o Intermarché e as Termas; o projecto da eco-pista está igualmente a aguardar a sua aprovação. “E por falar em ornamentar, não se entende a razão pela qual aparece nas grandes opções do Plano para 2012, o projeto “Requalificação de fontes ornamentais e percursos pedestres nas Termas S. P. Sul” uma vez que o mesmo faz parte das atividades desenvolvidas pelo CLDS – “São Pedro – o futuro é aqui”, conforme consta da ata da reunião camarária de 2 de fevereiro de 2011. Continua a transitar, ano após ano o projecto do Pólo Termal do Vau, com valores meramente indicativos. Não seria a altura de estimular e arrancar definitivamente com este projeto? O que foi feito até hoje neste âmbito? O que faz, na prática a divisão termal da CMSPS? Qual o seu verdadeiro plano de acção?” Quanto ao Pólo do Vau, o Sr. Presidente referiu que a Câmara não pode perder a concessão pelo que, têm sido efectuados alguns trabalhos; o projecto da geotermia é viável, no entanto, as técnicas existentes são insuficientes. “Estão, ainda, previstos investimentos na Casa dos Magistrados. Que investimentos são estes? Com que finalidade? Se estes imóveis já não pertencem ao município? Relativamente aos caminhos rurais e agrícolas – urge questionar se vai haver desinvestimento? Há candidaturas protocoladas com Juntas de Freguesia à espera de serem aprovadas? ou será uma área irremediavelmente esquecida? Dado o inverno rigoroso que tivemos, e as muitas queixas dos munícipes sobre as más condições destes caminhos, importava aqui um reforço de investimento no sentido de estimular a preservação das florestas e dos terrenos agrícolas.” O Sr. Presidente esclareceu que o valor que aparece no documento previsional é referente à dívida ao Ministério da Justiça porque, só o terreno era propriedade da Câmara tendo, o Município adquirido àquele Ministério os edifícios; após a sua aquisição a Câmara procedeu à venda das casas através de hasta pública; existe um plano de pagamento ao Ministério. Em relação aos Caminhos Agrícolas a Câmara não tem qualquer projecto candidatado; as Juntas de Freguesia é que têm vários caminhos candidatados, os quais estão à espera de aprovação ou, já aprovados e em execução; a Câmara tem participado no restante da candidatura. “Lamentamos ainda que, ao contrário do que temos vindo a solicitar, não tenhamos tido conhecimento da actual proposta das grandes opções do plano, com uma antecedência aceitável e que tornasse possível o envio de contra-propostas por parte da oposição, para que de uma forma construtiva, pudéssemos aprovar hoje um Plano que fosse resultado de um trabalho político transversal, tendo com pano de fundo o melhor para o concelho. Lamentamos também, que o mesmo não tenha sido, atempadamente aberto a propostas dos munícipes, pondo em prática o chamado orçamento participativo, que há muito defendemos e que vem já sendo um procedimento comum em muitas autarquias. Ainda assim, não podemos deixar de enumerar algumas das nossas propostas que não constam neste plano: Medidas de apoio à agricultura (incluindo aqui a silvicultura e a pecuária), partindo de um





## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL

estudo para aferir quais são as atividades que têm valia no concelho, a fim de se poder criar condições à dinamização das mesmas. Sendo S. Pedro do Sul, um concelho turístico, cabe à autarquia promover os seus produtos endógenos. Ou seja, é preciso avaliar para saber quais destas atividades poderiam ganhar relevo, pela importância adquirida ou a adquirir, e potenciar esse desenvolvimento. Não vemos acções no Plano que resultem na elaboração de um verdadeiro plano municipal florestal, quer no que toca à prevenção quer no que toca à requalificação do tecido florestal. Também não vemos referências aos parques industriais. O existente precisa de uma intervenção profunda, já para não referir as próprias acções de mera manutenção, como sendo a limpeza de mato e a simples colocação de contentores de lixo! Não há referências, ainda a qualquer medida que vise implementar um parque industrial na zona de Pindelo dos Milagres, ancorado, por uma suposta empresa, que se prevê que possa vir ali a ser instalada! Não vemos nenhuma medida de estímulo ao sector empresarial, sobretudo às PMEs, concretamente, na atual conjuntura, em que se encontram em grave crise financeira. Estradas emblemáticas também foram esquecidas. É o exemplo da variante de Santa Cruz às Termas e a estrada do Candal. Nenhuma referência de apoio às IPSS do concelho, que têm vindo a desempenhar um papel crucial na área social, e que se prevê que venham a ter dificuldades de sustentabilidade nos próximos tempos. Nada se diz sobre a necessária requalificação dos terrenos da Feira Quinzenal. Não será um assunto no qual o município deveria investir, sobretudo na época de crise em que vivemos, quando as pessoas procuram os produtos mais económicos?! Nenhuma alusão ao Polidesportivo de Pinho que ficou esquecido após as eleições... A imprescindível adaptação do edifício da CM assim como de outros serviços camarários ao acesso a pessoas portadoras de deficiência, foi outro assunto de que este executivo se esqueceu. Também o Centro escolar do nordeste caiu no esquecimento, embora seja uma das prioridades da carta educativa concelhia. Na modernização administrativa, rubrica contemplada neste Plano, gostaríamos de ver a criação de gabinete de apoio ao munícipe e ao emigrante/ex-emigrante. Lamentamos, ainda, não ver neste plano qualquer investimento (mesmo que em parceria) para aquisição do edifício da Adegua Cooperativa e para aquisição do espaço do antigo parque de campismo das Termas. Seriam oportunidades únicas para dinamizar estes espaços e devolvê-los ao uso público!”. O Sr. Presidente referiu que a Câmara não pode substituir a agricultura, as florestas e o IAPMEI. Não somos proprietários de florestas; em relação à criação de um gabinete de apoio ao munícipe, a Câmara atende diariamente os munícipes sem necessidade de gabinete específico. O Vereador Prof. Adriano Azevedo informou, ainda, que está a ser criado um plano entre todos os municípios no sentido de criar “incubadoras” de empresas, no âmbito da Comunidade Intermunicipal Dão Lafões. “Aproveitamos ainda para relembrar a nossa proposta (aprovada por unanimidade em reunião camarária) no sentido de descentralizar as reuniões deste executivo, de forma a aproximar os eleitos dos eleitores. Esperamos que em 2012 seja colocada em prática!”. Por fim, os Vereadores do Partido Socialista solicitaram mapa dos Quadros Interactivos, listagem detalhada das comunicações e número de telemóveis existentes. Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

**DELIBERAÇÃO N.º 531/11 - 22.4 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS - ORÇAMENTO PARA 2012.-----**

Analisado o documento supra referido, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e dois votos contra, aprovar o mesmo, com vista à apresentação à Assembleia



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL

Municipal, o qual depois de ser assinado por todos os membros do Executivo, ficando a constituir o anexo II da presente acta, documento esse que importa em 24.334.008 euros. Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra, apresentando a declaração de voto que a seguir se transcreve bem como, as respostas do Sr. Presidente e do Vereador da Divisão Financeira às questões colocadas: “Os Vereadores do Partido Socialista votam contra a proposta de orçamento para 2012, pois, à semelhança dos anos anteriores, encontramos-nos em presença de um documento inexequível, sobredimensionado e com valores e rubricas abusivos e até anedóticos (como é o caso, por exemplo, dos valores apresentados na rubrica referente aos cemitérios) e que, de todo, não traduz a situação financeira real da autarquia. O expetável seria que, ano após ano, o orçamento da autarquia crescesse, acompanhado de uma execução plena. Mas a realidade é outra: um orçamento de 24, 3 milhões de euros, valor aproximado ao apresentado para 2011, o que se traduz, inevitavelmente, numa execução na ordem dos 65% e um défice entre os 15% e os 20%. Situação, a nosso ver, manifestamente inaceitável! Relativamente às despesas correntes, a redução apresentada nos custos com o pessoal (aproximadamente 1,7 milhões de euros) seria aceitável, se não se traduzisse na sua maioria nos cortes dos subsídios de Natal e de férias dos trabalhadores! Este valor serviu para aumentar as despesas em bens de capital e, como se pode comprovar no plano de actividades, essas mesmas despesas são, em grande parte, para pagar faturas de obras que têm vindo a transitar ano após ano, orçamento após orçamento. Isto é, os valores dos cortes nos subsídios dos funcionários destinar-se-ão, em grande parte, para pagar a fornecedores, nomeadamente de obras, cujos valores não foram devidamente acautelados. Este executivo tem sido perito, por iniciativa própria ou por força das circunstâncias, a arranjar mecanismos extraordinários, que lhes tem permitido regularizar dividas que advêm dos elevados défices consecutivos!”. O Sr. Presidente corrigiu o citado dizendo que não se vão realizar mais despesas de capital por contrapartida da diminuição de despesas correntes. “Não pactuamos nem aprovamos este tipo de gestão, no qual as despesas superam largamente as receitas, mesmos quando existem receitas adicionais, como é o caso dos 1,6 milhões de euros das rendas da energia eólica, dos 500 mil euros dos resíduos sólidos, das vendas de bens imóveis e do corte dos subsídios de Natal e férias aos trabalhadores! Perante este cenário, impõem-se as questões: Para além do valor conseguido com os cortes nos subsídios de Natal e de férias dos funcionários, de que forma pensam conseguir obter mais reduções nos custos com o pessoal? Será, por exemplo, com a alteração do organigrama, reduzindo os chefes de divisão? Quais os critérios subjacentes? Para quando uma redução das despesas correntes?”. Em relação ao pessoal, o Sr. Presidente esclareceu que a redução prevista se irá dever ao término de contratos em Janeiro, situações de aposentados, que não irão ser substituídos e, redução de cargos dirigentes sendo que, neste último caso, os critérios serão de acordo com a Lei que for aprovada. “ Como se pode justificar que os gastos com comunicações (telefones, internet) atinjam quase 100 mil euros ano? Quantas pessoas têm telemóvel pago pela Câmara Municipal?”. O Sr. Presidente respondeu que os telemóveis da Câmara são usados pelos Guardas Nocturnos, Motoristas, Directora de Departamento, Chefes de Divisão e, serviços operacionais; irá haver uma redução em 40% desses gastos em relação ao ano anterior. Mais informou que está a ser instalado um equipamento para ligação telefónica interna entre os diversos edifícios da Câmara Municipal. “Para quando cortes nas rendas de alugueres de edifícios, quando a Câmara Municipal tem imóveis devolutos, como é o caso do edifício prisional?” O Sr.



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL

Presidente informou que esse edifício não reúne condições. “Para quando cortes na redução da frota automóvel em circulação? Para quando a criação de uma central de compras? Para quando a redução nos valores exorbitantes pagos em pareceres e projetos?” O Vereador da Divisão Financeira informou que alguns desses valores já vêm de anos anteriores por exemplo, projecto do saneamento em Sul e trabalho de recuperação do IVA efectuado pela KPMG. “Estamos perante um documento que para além de irreal, se torna limitativo do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida do concelho, pois destina cerca de 50% da sua totalidade às despesas correntes. Sendo estas certas e incontornáveis (a julgar pela prática habitual deste executivo) e sendo uma parte substancial das receitas de capital inexecutável (nomeadamente as vendas de bens imóveis), resta-nos uma ínfima parte da fatia para investimentos necessários no concelho. Não é esta a noção de equilíbrio orçamental que temos nem que preconizamos para o concelho. Preconizamos rigor no combate aos desperdícios correntes/consumos intermédios, rigor na escolha e nos "timings" dos investimentos e rigor no realismo da execução orçamental! Relativamente às receitas, colocamos as seguintes questões: 1) Pelo que depreendemos do orçamento, a Termalitur irá continuar a pagar em 2012 os mesmos valores de renda que pagava em 2011, confirma-se esta análise?” O Vereador, Dr. José Alberto Sousa, informou que a renda é para manter, no entanto, é um assunto que deve ser pensado e analisado no futuro. “ 2) Quais os imóveis a vender que constam no orçamento?”. Quanto à questão colocada, o Sr. Presidente informou que os imóveis a vender serão: cadeia, escolas, armazéns, ex-matadouro, terreno junto ao futuro centro de saúde e terreno na Pedreira (pinhal).“ Como pensa a CM arrecadar 282 512 euros com os cemitérios? Na rubrica 09 Venda de bens e investimento, a que se refere o valor de 978 998 euros relativo 090110 “famílias?”. O Vereador da Divisão Financeira esclareceu que é a rubrica onde se inclui, por exemplo, a venda dos terrenos. Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Nesta altura, quando eram 17h00m, nada mais havendo a tratar, deu-se a presente reunião por encerrada, dela para tudo constar, se lavrando a presente acta que vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Dr. António Carlos Ferreira Rodrigues Figueiredo, pela Directora do Departamento de Administração Geral Dr<sup>a</sup> Ana Teresa Seia de Matos e por mim, Ana Paula Correia Martins, Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral. -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,**

**A DIRECTORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,**





**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

**CÂMARA MUNICIPAL**

**A COORDENADORA TÉCNICA DA SECÇÃO DE EXPEDIENTE GERAL,**